1

Introdução

Se existe uma nova percepção, uma nova forma de ver e vivenciar as identidades culturais, isto se deve às transformações ocorridas ao longo da modernidade e que foram intensificadas pelo fenômeno da globalização, pelo processo de desconstrução do Estado-nação e pela descentralização do sujeito moderno. A compreensão das distâncias passou a ter outra dimensão com as tecnologias da informação. Não existem mais fronteiras nacionais e o que nos ajuda a visualizar tal afirmação é a grande circulação de produtos, como comida, música, moda, valores entre outros, das mais diversas culturas e países que nos rodeiam a todo tempo. Dentro desse cenário, identificamos as implicações impostas pelo multiculturalismo à configuração das identidades, tornando-as muito menos fechadas, estáveis ou estáticas, passando a se configurar em trânsito constante. Com o fluxo de informação e com o fluxo de produtos, junto, vem o fluxo de valores, costumes, idéias, estilos. Portanto, a identidade cultural do sujeito atual é muito mais variada, muito mais inconstante, muito mais plural.

A identidade do sujeito social se constrói a partir das relações com os outros. É ao se identificar e ao se diferenciar em relação aos outros que formamos nossas identidades individuais e coletivas. No entanto, algumas identidades ficam marginalizadas e subjugadas no processo intersubjetivo das relações. São, portanto, crescentes as reivindicações políticas de grupos minoritários no espaço público deliberativo; a esse movimento deve-se a grande diversidade cultural que circula ao redor do globo, exigindo ainda mais nos tempos atuais uma democracia mais inclusiva que respeite as diferenças existentes no interior de cada sociedade.

Esse é o grande desafio da teoria política contemporânea: reconhecer a complexidade social na qual vivemos, onde experimentamos uma multiplicidade de culturas, raças, identidades e gêneros que jamais antes na história se experimentou e reescrever uma nova forma de organização a partir do pluralismo. Por isso, é necessário criar formas de enfrentar o processo de exclusão que por

tempos foi gerado historicamente nas sociedades devido às grandes desigualdades nas relações de poder e no que concerne à participação dos cidadãos no processo de decisão política e cultural da coletividade.

O que nos interessa aqui é considerar a relação da democracia deliberativa com as políticas de identidade no que se refere à “diferença” e ao “reconhecimento” a partir de uma relação dialógica e intersubjetiva. A ênfase da chamada “democracia deliberativa” está em considerar o papel do cidadão como ator político que exerce influência no processo de tomada de decisão através da participação racional no debate político sobre questões de bem comum. Trata-se de transformar as compreensões que os participantes têm de si mesmos e de seus próprios interesses, assim como os interesses dos outros através de razões e argumentos gerados nos processo de comunicação, para então, conseqüentemente, construir um consenso em torno das diversas reivindicações e questões levantadas nos debates.

O presente trabalho tem por objeto a análise das contribuições apresentadas pela teoria do discurso de Jurgen Habermas à discussão sobre a formação da identidade no espaço público deliberativo. Pretende-se analisar a possibilidade de consenso em meio às diferenças das sociedades multiculturais. Nessa perspectiva, as democracias contemporâneas passam a ter como desafio a garantia de representação e participação das minorias. Por isso, a identidade e os vínculos associativos nas sociedades pós-convencionais são influenciados pelas diversas formas de interação. As constituições modernas pressupõem uma comunidade de homens livres e iguais que utiliza o direito para regular o convívio social. Para Habermas, o direito moderno tem como base as relações de reconhecimento intersubjetivo que são sancionadas por via estatal; os direitos, dessa forma, asseguram a integridade dos respectivos sujeitos em particular, e não coletivamente.

No primeiro capítulo, trabalhamos a construção da identidade nas sociedades pós-convencionais, abordando a teoria do discurso e o agir comunicativo (Habermas) como elementos fundamentais na criação do processo deliberativo. A criação das normas de conduta, nas quais os integrantes se

reconhecem mutuamente como destinatários e autores das normas, depende de princípios morais densificados nas diversas formas institucionais de organização política. Embora o marco teórico escolhido para esta pesquisa seja a teoria discursiva procedimental de Habermas, neste primeiro capítulo, para uma melhor compreensão da formação do sujeito, vamos tratar a questão da identidade a partir de concepções variadas sobre o assunto. Nesta discussão surgirão eventuais críticas e contrapontos à teoria habermasiana, que irão complementar nosso entendimento sobre os desafios impostos pela contemporaneidade na formação da identidade.

O segundo capítulo visa a investigar as bases da teoria da democracia deliberativa desenvolvida por Habermas. O autor no capítulo “Três modelos normativos de democracia” do livro “A inclusão do outro”, constrói a concepção procedimentalista da política democrática a partir de um diálogo argumentativo com os modelos liberal e republicano. O entendimento desses modelos de democracia tem consequência para a compreensão dos conceitos de direitos humanos e de soberania popular, partindo da idéia de que a inclusão do outro se dá a partir de um padrão de equidade comunicativa onde as lutas por reconhecimento possam se legitimar. A abordagem do terceiro e último capítulo é direcionada aos tipos de procedimentos e mecanismos deliberativos que permitem estabelecer uma política de reconhecimento a partir de diferenças culturais profundas.

Pretende-se com esse trabalho compreender a fundamentação ético-comunicativa do princípio de universalização de Habermas a partir da teoria procedimental da moral extraída da razão comunicativa, para assim estabelecer a democracia deliberativa, em que o sujeito assume o papel de autor e destinatário da norma.

Habermas, como cognitivista, acredita que as normas de ação são passíveis de justificação racional; portanto, para ele também é possível justificar racionalmente os juízos morais através dos discursos. Neste caso, a justiça das normas está baseada no conteúdo cognitivo que é fundamentado racionalmente. É

diante dos aspectos cognitivista e universalista que se funda a ética do discurso, sem orientações conteudísticas, mas sim de um processo de validade.

É diante do fato de haver um pluralismo inerente às sociedades pós-convencionais que se realça a impossibilidade da moral prescrever justificativas transcendentais ou metafísicas no espaço público. Para determinar formas corretas mediante as quais determinadas situações devem ser organizadas, fica evidente a necessidade de soluções normativas que dêem conta de equilibrar os problemas provenientes da convivência entre as diferenças e para o alcance da coexistência conjunta em sociedades plurais.

Embora não exista nas sociedades modernas um sistema de valor único e comum a todos, para Habermas o que prevalece é a ação orientada ao entendimento mútuo que, de certa forma, acaba sendo cada vez mais incentivada pela diferenciação das formas de vida, resultando então em normas de conduta de interesses universais. Para que os indivíduos sejam imparciais na validação das normas de conduta que satisfaçam os interesses de todos, torna-se indispensável um ambiente que proporcione condições discursivas de debates que possa organizar e julgar os argumentos construídos racionalmente pela estrutura da linguagem, para daí estabelecer acordos e consensos que se materializem dentro do sistema jurídico normativo.

Dessa forma, o discurso assume a forma reflexiva do agir comunicativo, fornecendo os elementos para a criação de um processo deliberativo que apresente soluções para os conflitos que surgem no mundo da vida. É mediante os fóruns de deliberação pública que se alcança a formação racional da vontade, utilizando-se do procedimento discursivo e do exercício da razão pública. Habermas pretende, dessa forma, encontrar um princípio de universalização que funcione como ponte entre as várias formas plurais e que seja capaz de identificar o interesse comum.

Para Habermas a política não pode ser identificada como um processo hermenêutico que autoexplica uma identidade coletiva ou uma forma de vida partilhada. Por isso, Habermas vê como idealista a versão comunitária do modelo republicano, que depende das virtudes do cidadão empenhado no bem da

comunidade. Ele adota um conceito subjetivo de ética, tanto no que se refere à subjetividade das concepções individuais sobre o bem, quanto à intra-subjetividade de formas de vida compartilhada; assim, nas sociedades complexas e, “frente a uma moralidade pós-convencional – a ética não pode se apoiar nem nos conteúdos das consciências individuais, nem nas tradições e costumes que integram os mundos plurais”¹. Portanto, as identidades individuais e sociais são constituídas a partir da sua inserção em uma forma de vida compartilhada, quando aprendemos a “nos relacionar com os outros e com nós mesmos através de uma rede de reconhecimento recíproco, que se estrutura através da linguagem”².

A partir desta inter-relação entre sujeito e sociedade, que se dá através de estruturas linguísticas, se forma o que Habermas designa por intersubjetividade; é em direção a esta intersubjetividade social que a ética discursiva se apresenta, para além das concepções individuais sobre o bem e da intra-subjetividade dos valores que conformam mundos plurais. Portanto, a legitimidade não está nem na soma das escolhas individuais dos cidadãos, nem na vontade geral, mas sim no processo de formação discursivo-argumentativa de uma deliberação política³

Muito embora as sociedades contemporâneas vivam, quase em sua plenitude, uma multiplicidade de valores culturais, morais e concepções de vida digna, estabelecer consenso em meio a toda essa heterogeneidade é o grande desafio enfrentado pela teoria política e pela teoria do direito. Na tentativa de discutir e encontrar soluções para essas questões, algumas correntes de pensamento, como liberais, comunitárias e crítico-deliberativas apresentam suas abordagens diante esse contexto de pluralidade.

O pluralismo, segundo a concepção liberal de Joseph Raz,⁴ deve ser valorizado e celebrado, caso contrário não terá o alcance da verdadeira autonomia pessoal. A idéia de autonomia está relacionada aos objetivos válidos que os indivíduos procuram alcançar independente de suas crenças. Dessa forma, defende a idéia de que algumas concepções sobre a vida digna são mais válidas que outras.

¹ Gisele Cittadino. Pluralismo, Direito e Justiça distributiva. 2004. p.91

² Ibidem

³ Antônio Manuel Martins. Modelos de Democracia, p.90

⁴ Cittadino, p.78

Para o liberalismo de Rawls, o pluralismo está atrelado à diversidade de interesses pessoais e o que garante a estabilidade de uma sociedade democrática é o pluralismo razoável, alcançado através de uma sociedade bem ordenada com indivíduos moralmente capazes de participar de um sistema “equitativo de cooperação social” e de uma forte concepção de justiça. Ao contrário de Rawls, Lamore, dentro da mesma perspectiva liberal, inaugura o conceito de desacordo razoável, para dizer que a estabilidade do liberalismo só é possível se pessoas razoáveis forem capazes de compartilhar princípios da associação política, mesmo havendo divergências⁵.

Diferentemente dos liberais que estabelecem uma vinculação entre pluralismo e individualidade associado às concepções individuais sobre o bem, os comunitários utilizam o termo pluralismo para descrever a pluralidade de identidades sociais, de culturas éticas e religiosas que encontramos em sociedades complexas. Por isso, o comunitarista Walzer confere prioridade à comunidade em relação ao indivíduo. No livro “Da Tolerância”, o autor analisa como as várias formas de tolerância e de exclusão funcionam em sociedades multiculturais. Acredita na possibilidade de coexistência, dentro de um pluralismo cultural, de uma cidadania comum, para ele; “a tolerância torna a diferença possível; a diferença torna a tolerância necessária”⁶.

De acordo com Walzer, a coexistência pacífica pode assumir diferentes formas políticas, com diferentes implicações para a vida moral cotidiana; porém, nenhuma dessas formas pode ser universalmente válida, embora haja um valor de paz inaugurado pelos direitos humanos; “não há princípios que regulem todos os regimes de tolerância ou que nos obriguem a agir em todas as circunstâncias, em todas as épocas e lugares, em nome de um conjunto particular de arranjos políticos ou constitucionais”⁷. O que defende Walzer é uma descrição histórica e contextualizada da tolerância e da coexistência, que examine as diferentes formas que estas assumiram na realidade e as normas do dia-a-dia próprias de cada uma delas.

⁵ Ibidem, p.81

⁶ Walzer, Da tolerância, 1999, p. XII

⁷ Ibidem, p.05

A integração social constitui um dos maiores desafios impostos pela pluralidade das sociedades contemporâneas. É por isso que o Direito passou a ser visto como o principal meio referencial capaz de articular e coordenar os comportamentos dos indivíduos na sociedade. Os defensores da democracia deliberativa sustentam que, apenas com o envolvimento e com a participação dos interessados, os problemas coletivos podem ser solucionados. Para tanto, o que se pretende é assegurar tanto os direitos humanos como a soberania popular, tendo ambos o mesmo peso e a mesma medida no processo democrático da ação comunicativa.